

Nota Informativa

Edição 060/2023

DESTAQUES

Dino defende representantes dos 3 Poderes e da sociedade civil para regular internet

Relatório anual da Ouvidoria da ANPD revela alta procura por esclarecimentos quanto a aplicabilidade da LGPD

Ministério da Fazenda lança página exclusiva sobre a Reforma Tributária

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

CCJ da Câmara dos Deputados aprova Acordo para fim de roaming no Mercosul

TCU quer plano do governo para sanar desigualdade no acesso à internet

OpenRAN@Brasil realiza o segundo workshop técnico para a indústria

Ceitec perdeu 95% dos projetistas de chips em dois anos de liquidação

5G: Governo precisa definir o que quer para a rede privada

ANPD recebe a Coalizão Direitos na Rede para tratar do Marco Legal da Inteligência Artificial

ANPD participa de seminário sobre o Marco Regulatório da Inteligência Artificial no Brasil

Integração da inteligência artificial e automação ganham espaço em Hannover

Ministério da Gestão ampliará diálogo para construção colaborativa da Nova Estratégia de Governo Digital

REFORMA TRIBUTÁRIA

Comissão de Integração Nacional quer debater desigualdade regional na reforma tributária

Debatedores avaliam limitações do cashback da reforma tributária

Vice-presidente do PSD, Alfredo Cotait promete mobilização contra reforma tributária

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Governo cria 'Conselho da Federação' com estados e municípios para elaboração de políticas públicas

PPA contará com plataforma digital e envolverá transversalidade, diz Tebet na abertura do Fórum Interconselhos

Fórum Interconselhos retorna com desafio de consolidar participação social na construção do PPA

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Exceções ao novo arcabouço já existiam, têm pouca relevância fiscal e são meritórias, diz secretário

Proposta de arcabouço é 'bastante razoável', mas é preciso ver como será processo de aprovação, diz Campos Neto

Economia ficou parada em janeiro, aponta Monitor do PIB da FGV

Lira recebe projeto com novas metas fiscais no Planalto e prevê votação até 10 de maio

EDUCAÇÃO

Ministro Dias Toffoli e conselheiro diretor Alexandre Freire escrevem artigo sobre inclusão digital

Governo liberará tudo o que a educação precisar, diz Tebet

JUDICIÁRIO

Ex-ministro Ayres Britto vai ao STF defender a revisão do FGTS

ORÇAMENTO

Nova regra fiscal prevê limite para alta de despesas dos Poderes

Novo arcabouço fiscal torna contingenciamentos facultativos

POLÍTICA

Após enviar marco fiscal, Lula defende negociar com o Congresso

Comissão da Câmara aprova convites para 13 ministros, entre eles Haddad

CE dá início a ciclo de discussões sobre ataques contra escolas

Orlando Silva começa maratona de reuniões com bancadas para ampliar apoio ao PL das Fake News

DESTAQUES

Dino defende representantes dos 3 Poderes e da sociedade civil para regular internet

Poder Executivo | 19/04/2023 – 12h46min

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, defende que representantes

dos Três Poderes e da sociedade civil façam parte de um novo órgão para fiscalizar as redes sociais. "Então pode ser o Poder Executivo, pode ser uma agência que tenha uma composição mista. É o modelo que mais me agrada. Eu acho que tinha que ser um pouco dos Três Poderes e um pouco sociedade civil sem uma estrutura pesada. Quando eu falo de agência reguladora eu penso em uma estrutura pesada que por vezes não funciona bem, ou um conselho que fixa diretrizes", disse. A declaração do ministro ocorreu na quarta-feira (19) ao ser questionado sobre qual seria o melhor sistema de governança da regulação, em entrevista concedida ao Jota. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Relatório anual da Ouvidoria da ANPD revela alta procura por esclarecimentos quanto a aplicabilidade da LGPD

Poder Executivo | 19/04/2023 – 11h52min

No início deste mês de abril, a Ouvidoria da Autoridade Nacional de Proteção de Dados publicou o Relatório de Gestão da Ouvidoria, referente aos trabalhos realizados no ano de 2022. O documento contém o número de manifestações recebidas pelo setor, os motivos das manifestações, analisa demandas recorrentes e aponta as providências adotadas pela área nas soluções apresentadas. Além das manifestações de ouvidoria, a área é responsável por receber e tratar pedidos de acesso à informação e esclarecer dúvidas. Os tipos mais frequentes de demandas tratadas pela Ouvidoria da ANPD dizem respeito a esclarecimentos quanto a aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e a atuação da ANPD, representando 58% das demandas. Em segundo lugar, aparecem as petições de titulares e denúncias contra controladores de dados pessoais que foram enviadas à Coordenação-Geral de Fiscalização e representam quase 15% do total de demandas tratadas pela ouvidoria no período. Fonte: ASCOM ANPD

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministério da Fazenda lança página exclusiva sobre a Reforma Tributária

Poder Executivo | 19/04/2023 – 11h36min

Já está no ar a página do Ministério da Fazenda sobre a Reforma Tributária. O site disponibiliza informações objetivas sobre o tema para o público em geral. A página contém mitos e verdades, perguntas e respostas, as propostas legislativas que são referências para o debate, além de estudos, notícias e apresentações sobre a Reforma. Base da Reforma dos tributos sobre o consumo, a adoção do IVA (Imposto sobre Valor Adicionado) é objeto das Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 45/2019 e 110/2019, que tramitam no Congresso Nacional e contam com o apoio do governo federal. O modelo IVA já é praticado por mais de 170 dos 193 países do mundo. A Reforma Tributária é fundamental para o Brasil, pois possibilitará que a economia cresça, no mínimo, 12% a mais, e reduzirá as desigualdades sociais e regionais. Para as pessoas, a Reforma se traduzirá em mais emprego e renda. E, para as empresas, resultará na redução de custos e no aumento da produtividade e da competitividade, tudo isso num ambiente com mais segurança jurídica. Fonte: ASCOM MF

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

CCJ da Câmara dos Deputados aprova Acordo para fim de roaming no Mercosul

Poder Legislativo | 19/04/2023 – 14h37min

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) da Câmara dos Deputados deliberou favoravelmente na quarta-feira, 18 de abril, sobre o Projeto de Decreto

Legislativo (PDL) nº 159/2022, que aprova o texto do Acordo para a Eliminação da Cobrança de Encargos de Roaming Internacional aos Usuários Finais do Mercosul, assinado pelos Estados Partes do bloco em 17 de julho de 2019. A aprovação representa mais uma iniciativa que beneficiará diretamente a circulação de pessoas no âmbito dos países do bloco, uma vez que se prevê a cessação de cobranças adicionais de valores de usuários que estejam fora de seus países de origem, em viagem ao exterior em destinos do Mercosul.

Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TCU quer plano do governo para sanar desigualdade no acesso à internet

Poder Legislativo | 19/04/2023 – 08h04min

Auditoria realizada pelo TCU (Tribunal de Contas da União) revela que, em nome da massificação da internet, a política pública de telecomunicações está à mercê de leilão de frequências, como o 5G, e troca de multas por investimentos, entre outras políticas definidas pela Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações). Na avaliação dos técnicos do tribunal, isso ajuda a perpetuar distorções no acesso à internet, que ainda prioriza as classes mais abastadas. O processo, relatado pelo ministro Walton Alencar, será julgado na quarta-feira (19). O plenário deve aprová-lo e apresentar recomendações ao Ministério das Comunicações para que elabore um planejamento estratégico integrado para resolver, de uma vez por todas, as disparidades que ainda existem nas telecomunicações mais de duas décadas após a privatização da Telebras. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

OpenRAN@Brasil realiza o segundo workshop técnico para a indústria

Poder Executivo | 19/04/2023

O OpenRAN@Brasil realizou, no dia 18 de abril, o segundo workshop técnico para a indústria. O evento teve como objetivo apresentar a visão geral e demonstração de tecnologias relacionadas ao programa, como o controle de Redes Passivas Ópticas definidas por softwares e de Redes Ópticas DWDM. O encontro aconteceu de forma virtual e teve a presença de representantes das empresas Lenovo, Datacom, Huawei, Vivo, TIM, ANATEL, Oi, NEC, entre outras. O workshop teve cerca de 50 participantes. Em março deste ano, a RNP lançou a primeira chamada pública do programa destinada ao setor acadêmico para que sejam formados grupos de trabalho que vão cooperar no desenvolvimento do testbed do OpenRAN@Brasil. O objetivo é avançar no desenvolvimento e na adição de funcionalidades e tecnologias do ambiente de testes. Fonte: RNP

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ceitec perdeu 95% dos projetistas de chips em dois anos de liquidação

Poder Executivo | 19/04/2023

Ainda que o governo federal tenha cancelado o processo de liquidação do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada, Ceitec, os dois anos de desmonte da estatal do chip deixou marcas difíceis de recuperação. Segundo o atual comando da empresa, o Ceitec perdeu mais de 95% do pessoal qualificado. “Tínhamos cerca de 70 projetistas de chips que foram demitidos praticamente todos eles, e agora temos apenas dois ou três que cuidam apenas da propriedade intelectual gerada no passado. Perdemos essa capacidade nos dois anos que tivemos em liquidação. Esses profissionais foram requisitados por três empresas, de Taiwan, Estados Unidos e Reino Unido, que se instalaram no Rio Grande do Sul”, destacou o atual diretor da empresa, Augusto Gadelha, ao participar na terça, 18/4, de debate sobre o tema na comissão de Indústria, Comércio e Serviços da Câmara dos Deputados. Segundo ele, “o problema do Ceitec é complexo, não tem solução fácil”. Fonte:

5G: Governo precisa definir o que quer para a rede privativa

Mercado | 19/04/2023

O Grupo de Trabalho das redes privadas da Entidade Administradora da Faixa de 3,5 GHz (EAF) deverá se reunir na próxima semana, para enfim ter uma ideia do tamanho da rede privativa do governo, informou o COO da EAF, Antonio Parrini, ao participar do Teletime TEC- 5G& Wireless, que acontece na terça-feira, 18 de abril, em São Paulo. Vale lembrar que em outubro passado, a EAF anunciou que caberia à Amdocs, selecionada em uma concorrência que envolveu nove outras empresas, fazer todo o planejamento e definir a arquitetura e a topologia das redes móvel, no Distrito Federal, e das 27 redes fixas nas capitais brasileiras. As licitações estavam previstas para esse primeiro semestre, mas tudo ficou em suspenso com a troca de governo. A rede móvel, aliás, será 4G, por conta da banda estreita disponível: 5MHz para downlink e 5MHz para uplink na faixa de 700 MHz, mas de acordo com Leandro Guerra, da EAF, seria preparada para o 5G Standalone. O COO da EAF, Antonio Parrini, afirmou que caberá ao Ministério das Comunicações fornecer a demanda governamental para, então, as operadoras poderem entender a extensão do projeto, determinado pelo edital do 5G. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ANPD recebe a Coalizão Direitos na Rede para tratar do Marco Legal da Inteligência Artificial

Poder Executivo | 18/04/2023 – 18h20min

Na terça-feira (18/04), a Autoridade Nacional de Proteção de Dados recebeu representantes da Coalizão Direitos na Rede – CDR. A rede, com mais de 50 organizações, tem como objetivo defender princípios relacionados à liberdade de informação e expressão, privacidade, dados pessoais, entre outros. O objetivo da reunião foi estreitar o relacionamento da Autoridade com os representantes do grupo que trata sobre Inteligência Artificial da CDR, abrindo um espaço de articulação entre as entidades, além de reforçar o espaço de abertura para diálogos técnicos desenvolvidos pela sociedade civil, em que possam ser discutidos temas importantes para a regulação da Inteligência Artificial no Brasil. Para o Diretor-Presidente da ANPD “é importante essa aproximação para que a Autoridade, além de ser ouvida, possa colaborar na construção de normativos que protejam, não só o titular de dados pessoais, mas garantam seus direitos frente às organizações que utilizam Inteligência Artificial”. Fonte: ASCOM ANPD

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ANPD participa de seminário sobre o Marco Regulatório da Inteligência Artificial no Brasil

Poder Executivo | 18/04/2023 – 16h26min

Na segunda-feira (17/04), a Autoridade Nacional de Proteção de Dados participou do Seminário “A construção do Marco Regulatório da Inteligência Artificial no Brasil”, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal (CEJ/CJF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília. O objetivo do evento foi debater sobre a elaboração do Marco Regulatório da Inteligência Artificial no Brasil e tratar das principais repercussões para o setor de inovação tecnocientífica por meio da implementação de ferramentas de governança regulatória. A Diretora da ANPD, Miriam Wimmer, participou do painel “Direitos e deveres no ciclo de vida dos sistemas de IA” trazendo reflexões sobre o arcabouço jurídico brasileiro em termos de direitos e deveres relativos à IA avaliando, à luz da LGPD e de

outras normas jurídicas, as possíveis lacunas que poderiam ser endereçadas por meio de Projeto de Lei sobre a temática. Fonte: ASCOM ANPD

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Integração da inteligência artificial e automação ganham espaço em Hannover

Mercado | **18/04/2023 – 15h40min**

A inteligência artificial e a automação estão cada vez mais integradas quando se pensa na produção industrial e a feira de Hannover, na Alemanha, tem consagrado os bons resultados dessas experiências, como demonstrado por diversas empresas. A união tem ultrapassado barreiras e trazido agilidade, ganho de eficiência e otimização dos recursos. Algumas dessas possibilidades foram apresentadas na terça-feira pelo grupo tecnológico e industrial Siemens, a partir do guarda-chuva da Xcelerator, que trabalha na integração de informações, simulações de ambientes e melhores respostas, sendo que em muitos casos antecipando problemas. Um dos exemplos apresentados é o metaverso industrial, que aposta nas ferramentas para mais eficiência nas plantas industriais e ajuda a treinar a inteligência artificial. Na prática, por meio do ambiente do metaverso é possível simular resultados e experiências com grande rapidez, gerando informações que serão utilizadas para elevar a produtividade. Outro braço é o de máquinas inteligentes, na qual se une tecnologias – por exemplo o metaverso industrial e a inteligência artificial – para ampliar o desempenho dos equipamentos evitando a quebra de produção. Essa experiência foi aplicada recentemente em uma empresa de corte de frangos do Brasil. A tecnologia driblou problemas no processo de corte, que causavam prejuízos financeiros, tendo retorno de R\$ 2 milhões por ano. Fonte: Correio do Povo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Ministério da Gestão ampliará diálogo para construção colaborativa da Nova Estratégia de Governo Digital

Poder Executivo | **17/04/2023 – 17h53min**

A Secretaria de Governo Digital do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos intensificará o diálogo com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, com os entes federados e com a sociedade para a construção colaborativa da Nova Estratégia Nacional de Governo Digital (ENGD). Em reunião realizada com a ministra Esther Dweck, na última semana, o secretário de Governo Digital, Rodrigo Mascarenhas, apresentou as premissas da nova estratégia nacional para oferta, integração, racionalização e simplificação de serviços públicos para o cidadão, que será amplamente debatida com os diversos setores da sociedade. A Estratégia norteará as ações dos governos federal, estadual e municipal, com o objetivo de ampliar a transformação digital nos quatro cantos do país, oferecendo serviços de melhor qualidade, mais simples, acessíveis e a um custo menor para o cidadão. A ENGD deve ser encaminhada para aprovação do presidente da República e ser publicada até o fim deste ano. Fonte: ASCOM MGISP

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Comissão de Integração Nacional quer debater desigualdade regional na reforma tributária

Poder Legislativo | **19/04/2023 – 13h12min**

O presidente da Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, deputado Fabio Garcia (União-MT), levou ao ministro da pasta, Waldez Góes, na quarta-feira (19), preocupações de integrantes do colegiado com o impacto da reforma tributária em

aspectos ligados a desigualdades regionais. Garcia esteve no gabinete do ministro acompanhado por deputados. “A gente ainda não está enxergando como essa reforma tributária vai aumentar a capacidade de cada estado de promover desenvolvimento regional. A gente quer uma reforma que consiga atender às diferenças sociais e regionais do país e não uma reforma que crie, na verdade, mais desigualdades regionais”, disse Garcia após o encontro com Góes. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Debatedores avaliam limitações do cashback da reforma tributária

Poder Legislativo | 18/04/2023 – 21h05min

Especialistas ouvidos pelo Grupo de Trabalho da Reforma Tributária da Câmara ([PEC 45/19](#)) mostraram preocupação com o mecanismo de devolução do novo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) para os mais pobres, o chamado cashback. Segundo alguns, a devolução apenas para as famílias registradas no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico), por exemplo, pode deixar de fora grupos importantes como as empregadas domésticas. Nos estudos sobre a reforma, a ideia é devolver o tributo no caso dos produtos da cesta básica, mas apenas para os mais pobres. Hoje, estes produtos têm menos incidência de tributos sobre o consumo; com o novo imposto, nenhum produto ficaria livre da taxa e, por isso, haveria a necessidade da devolução. O IBS pretende unificar 5 tributos: IPI, PIS, Cofins, ICMS estadual e ISS municipal. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Vice-presidente do PSD, Alfredo Cotait promete mobilização contra reforma tributária

Poder Legislativo | 18/04/2023 – 21h

Embora seja vice-presidente do PSD, partido que integra a base aliada, o empresário Alfredo Cotait Neto, que preside a Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, promete fazer uma mobilização da entidade para barrar a reforma tributária. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Governo cria 'Conselho da Federação' com estados e municípios para elaboração de políticas públicas

Poder Executivo | 19/04/2023 – 00h52min

O presidente Lula publicou um decreto na quarta-feira (19) criando o "Conselho da Federação". O órgão contará com a participação de estados e municípios para criar e coordenar políticas públicas. O Conselho da Federação deverá funcionar como uma espécie de fórum para a discussão e aplicação de ações conjuntas no país. O blog Valdo Cruz adiantou na terça-feira (18) que a primeira missão do grupo será uma operação integrada para reforçar a segurança nas escolas de todo o país. O anúncio da criação do conselho foi feito ainda em janeiro, quando os governadores participaram de uma reunião com Lula. À época, o encontro foi marcado pela assinatura da "Carta de Brasília". Fonte: G1 Notícias

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

PPA contará com plataforma digital e envolverá transversalidade, diz Tebet na abertura do Fórum Interconselhos

Poder Executivo | 18/04/2023 – 18h46min

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou na terça-feira

(18/4) que o Plano Plurianual de 2024 a 2027 será mais participativo, pois contará com plataforma digital e envolverá a transversalidade. “Não dá mais para falar de políticas públicas de um Ministério do Meio Ambiente, da Educação, da Saúde, da Justiça e questionar onde entra o gênero, as mulheres, a raça, os negros, os povos originários e as minorias. Talvez essa transversalidade seja o maior desafio do novo PPA”, destacou ela, durante a abertura do 1º Fórum Interconselhos do PPA Participativo. O evento contou com a participação do ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Márcio Macêdo. Ele reforçou que o momento representa a retomada da voz dos brasileiros e da participação social. O Fórum é a primeira etapa do processo de participação social na elaboração do PPA e se estenderá até a quarta-feira (19/04). Os debates e plenárias programados reunirão cerca de 300 participantes, entre integrantes de conselhos nacionais, movimentos sociais e órgãos ministeriais. Fonte: ASCOM MPO

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Fórum Interconselhos retorna com desafio de consolidar participação social na construção do PPA

Poder Executivo | 18/04/2023 – 18h37min

O primeiro Fórum Interconselhos do atual governo teve início na terça-feira (18/4) com ampla participação de representantes de conselhos nacionais de políticas públicas, da sociedade civil e do Governo Federal. Foi o passo inicial para desencadear um processo de elaboração do Plano Plurianual (PPA) Participativo 2024-2027, fundado no amplo debate social sobre planejamento e orçamento público, para tecer estratégias que vão direcionar a ação governamental nos próximos quatro anos. A abertura contou com a participação dos ministros Márcio Macêdo, da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), e Simone Tebet, do Planejamento e Orçamento (MPO). Na quarta (19/4), segundo dia do Fórum, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, lançará oficialmente o PPA Participativo e anunciará a instalação do Conselho de Participação Social da Presidência da República, dando posse às pessoas que o integram. Fonte: ASCOM Secom

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Exceções ao novo arcabouço já existiam, têm pouca relevância fiscal e são meritórias, diz secretário

Poder Executivo | 19/04/2023 – 12h45min

As exceções que estão previstas no novo arcabouço fiscal, enviado na terça-feira (18) pelo governo ao Congresso, já existem na regra atual do teto de gastos, têm pouca relevância fiscal e são meritórias, afirmou o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, em entrevista na quarta-feira (19) à GloboNews. "A maioria é de pouca relevância fiscal e é meritória. Por exemplo, as exceção para doação internacional para área ambiental. Se ela não puder ser utilizada, não faz sentido", disse. Questionado sobre o caso do piso da enfermagem, Ceron justificou que a emenda constitucional que aprovou a medida já tinha colocado o piso como exceção ao teto de gastos. "Tudo que está lá [exceções no novo arcabouço] já havia, com algumas diferenças", disse, exemplificando que o governo fez questão de deixar claro que capitalização de grandes empresas, como o BNDES, não estão entre as exceções. Ceron disse que o governo buscou "colocar metas ousadas de superávit primário para acelerar o processo de ajuste", mas afirmou também que, mesmo que elas não sejam totalmente cumpridas, o diferencial de crescimento entre receitas e despesas vai garantir um ajuste, ainda que mais longo. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Proposta de arcabouço é ‘bastante razoável’, mas é preciso ver como será processo de aprovação, diz Campos Neto

Poder Executivo | 19/04/2023 – 12h24min

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou que o projeto de arcabouço fiscal apresentado ontem ao Congresso é "bastante razoável", mas disse que é preciso observar como vai se dar o processo de aprovação e a celeridade da votação. "Acho que foi uma boa indicação de que estamos avançando na direção certa", avaliou. "Tivemos o novo arcabouço fiscal, o texto foi enviado ontem, não tive tempo de olhar todos os detalhes, mas parece em linha com o que eu tinha visto antes", afirmou. Campos reiterou que não há uma "relação mecânica" entre a aprovação da nova regra fiscal com a política monetária. Sobre o debate no governo em relação à mudança das metas de inflação, Campos disse que a recomendação da autoridade monetária é de que "não é um bom momento" e que "não deveria ser feito". Segundo ele, o BC não teria uma reação imediata de cortar juros e, em seu ponto de vista, a medida aumentaria o prêmio de risco. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Economia ficou parada em janeiro, aponta Monitor do PIB da FGV

Mercado | 19/04/2023 – 11h03min

A economia brasileira ficou estagnada em janeiro, na comparação dessazonalizada com dezembro, segundo o Monitor do PIB, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). Na comparação interanual, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em janeiro foi de 4,1%. Na análise trimestral interanual, a economia cresceu 2,2% no trimestre móvel findo em janeiro. "A estagnação da economia em janeiro é resultado da retração da indústria, da estagnação do setor de serviços e do crescimento apenas da agropecuária, na análise dos três grandes setores da economia. Esta configuração já mostra o que se deve esperar em 2023, tendo em vista que o contexto econômico é mais desafiador este ano do que se observou em 2022. Em um cenário de juros e de endividamento elevados e perspectiva de recessão global, o consumo e os investimentos tendem a perder força e dificultar o crescimento econômico. A expectativa de safra recorde na agricultura, por sua vez, mostra que o crescimento da economia no ano, deve ser bastante influenciado pela agropecuária", diz Juliana Trece, coordenadora da pesquisa, em comentário no relatório. O consumo das famílias cresceu 4,3% no trimestre móvel encerrado em janeiro, segundo o FGV Ibre. Apenas o consumo de serviços (5,9%) e de produtos não duráveis (5,5%) contribuíram para esse crescimento. No caso do consumo dos serviços, o crescimento foi disseminado entre diversos segmentos, enquanto no consumo de não duráveis o principal responsável pelo forte crescimento foi o consumo de combustíveis e lubrificantes. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lira recebe projeto com novas metas fiscais no Planalto e prevê votação até 10 de maio

Poder Legislativo | 18/04/2023 – 19h43min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, entregaram aos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco, na terça-feira (18), em evento fechado no Palácio do Planalto, o projeto de lei complementar (PLP 93/23) com as novas metas fiscais do País para os próximos anos, em substituição ao regime de tetos de gastos, em vigor desde 2016. De acordo com a proposta – uma exigência da Emenda Constitucional 126, antiga PEC da Transição –, o objetivo do governo é "garantir a estabilidade macroeconômica" e "criar condições

adequadas ao crescimento socioeconômico”. Lira reiterou, em entrevista coletiva após a solenidade, que o projeto deverá ser discutido e votado rapidamente na Casa. “Iremos fazer a nomeação do relator amanhã. [Irá] direto a Plenário”, disse Lira, sem adiantar o nome do relator do projeto. “Amanhã, a gente anuncia, logo depois do almoço.” Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

EDUCAÇÃO

Ministro Dias Toffoli e conselheiro diretor Alexandre Freire escrevem artigo sobre inclusão digital

Poder Executivo | 19/04/2023 – 09h20min

O ministro do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli e o conselheiro diretor da Agência Nacional de Telecomunicações Alexandre Freire escreveram artigo intitulado “Políticas públicas coordenadas de inclusão digital para a conectividade significativa”. No artigo, apresentam um panorama sobre evolução das políticas públicas de inclusão digital ao longo das últimas décadas no Brasil, as lacunas e os problemas que ainda subsistem e como as redes comunitárias podem se traduzir em soluções para se alcançar a conectividade dos pontos de vista quantitativo e qualitativo. Expõem que as iniciativas governamentais devem estar integradas e coordenadas junto a outras políticas públicas de responsabilidade de diferentes órgãos e entidades da Administração Pública Federal, em conjunto com estados, municípios e organizações da sociedade civil. Afirmam que somente por meio de ações públicas e privadas coordenadas as políticas públicas serão concretizadas, promovendo-se, entre outras metas, a inclusão digital e, por consequência, a social. Fonte: ASCOM ANATEL

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo liberará tudo o que a educação precisar, diz Tebet

Poder Executivo | 18/04/2023 – 15h10min

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, disse que a educação básica é uma prioridade de governo, e que alinha a construção de pautas conjuntas com o ministro da Educação, Camilo Santana. “Vamos executar 100% do orçamento. Não vai ter contingenciamento. Tudo que o Camilo precisar, ele vai ter liberado imediatamente”, afirmou Tebet na tarde de 3ª feira (18), durante o seminário “Educação Já – Encontro anual 2023”, em Brasília. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

JUDICIÁRIO

Ex-ministro Ayres Britto vai ao STF defender a revisão do FGTS

Poder Judiciário | 18/04/2023 – 17h20min

O ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Ayres Britto passou a atuar na ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) que reivindica a revisão do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). O caso foi pautado e deve ser julgado pela mais alta corte do país na próxima quinta-feira (20). O Supremo irá analisar a ação que questiona a constitucionalidade da correção do dinheiro depositado no fundo. Atualmente, o retorno do FGTS é de 3% ao ano mais a TR (Taxa Referencial), que rende próxima de zero. Com isso, a atualização do dinheiro fica abaixo da inflação. Perante a corte, Ayres Britto representará a Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (ANABB), que defende a procedência da ADI e a troca da Taxa Referencial por outro indicador. A ideia da entidade é obter uma decisão em prol da revisão e, com isso, beneficiar servidores do Banco do Brasil e

trabalhadores de todo o país. Um documento com o posicionamento preparado por Ayres Britto já foi entregue a todos os ministros do STF. Fonte: Folha de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

Nova regra fiscal prevê limite para alta de despesas dos Poderes

Poder Executivo | 18/04/2023 – 23h21min

O projeto de arcabouço fiscal enviado na terça-feira, 18/04, pelo governo ao Congresso estabelece limites individualizados para o crescimento das despesas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e ainda para o Ministério Público, o Tribunal de Contas da União e a Defensoria Pública – como acontece hoje com o teto de gastos. Esse ponto estava sendo aguardado pelos especialistas e é considerado importante para evitar que outras instâncias aumentem gastos – como, por exemplo, folha de pessoal – e a conta acabe sendo bancada pelo Executivo. Sem limites individualizados, casos como a decisão monocrática do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de recriar um pendurcalho salarial aos juizes federais, revelado pelo Estadão – e que pode custar até R\$ 1 bilhão aos cofres públicos –, tenderiam a se expandir. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Novo arcabouço fiscal torna contingenciamentos facultativos

Poder Executivo | 18/04/2023 – 21h37min

Instrumento tradicionalmente usado para adequar o Orçamento às metas fiscais, o contingenciamento (bloqueio) de gastos deixará de ser obrigatório com o novo arcabouço fiscal, cujo projeto de lei complementar foi enviado na terça-feira (18) ao Congresso. O procedimento passará a ser facultativo, sendo decidido pelos próprios Poderes. Atualmente, o governo envia ao Congresso, a cada dois meses, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas para verificar se o teto de gastos e a meta de resultado primário (resultado das contas do governo sem os juros da dívida pública) estão sendo cumpridos. Caso haja insuficiência de receitas ou excesso de despesas, o governo tem de contingenciar gastos discricionários (não obrigatórios). Com o novo arcabouço, os relatórios serão feitos três vezes por ano: em março, junho e setembro. Caso os documentos identifiquem que as metas fiscais não serão cumpridas, cada Poder da União (Executivo, Legislativo, Judiciário), além do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, não sofrem punições nem precisam bloquear gastos. Apenas não poderão ampliar os gastos em termos nominais. Assim como no sistema atual, haverá limites anuais de gastos para cada Poder. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Após enviar marco fiscal, Lula defende negociar com o Congresso

Poder Executivo | 19/04/2023 – 15h37min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou na 4ª feira (19) que a negociação com o Congresso Nacional é necessária e “normal” para aprovar medidas do governo. Na 3ª feira (18), o chefe do Executivo enviou ao Legislativo a proposta de nova regra fiscal. “A gente tem que levar em conta a correlação de forças que é o resultado das eleições. Nós gostaríamos de ter eleito do nosso grupo 380 deputados. Não elegemos. Paciência [...] Nesse momento temos que aprender a negociar. Negociar não com os iguais, porque os iguais têm a obrigação de fazer aquilo que a gente quer, mas com os contrários, aquele que

são contra”, disse em evento do governo federal. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Comissão da Câmara aprova convites para 13 ministros, entre eles Haddad

Poder Legislativo | 19/04/2023 – 13h28min

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados aprovou na quarta-feira (19) convites para que 13 ministros do governo Lula (PT) se expliquem à comissão sobre ações relacionadas a suas pastas. A aprovação ocorreu em acordo entre governistas e oposição. Entre os convites estão pedidos de que os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, da Casa Civil, Rui Costa, e das Relações Exteriores, Mauro Vieira, prestem esclarecimentos sobre a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à China, para que o ministro dos Portos, Márcio França, explique as providências adotadas sobre os aeroportos do Galeão e Santos Dumont, ambos no Rio de Janeiro, e para que a ministra da Saúde, Nísia Trindade, fale sobre as medidas adotadas para solucionar problemas relacionados aos hospitais federais. O deputado Rubens Pereira Júnior (PT-MA), vice-líder do governo, afirmou que houve acordo com a oposição para que todos os requerimentos fossem aprovados, desde que as convocações fossem transformadas em convites (em que não há obrigação de que eles compareçam). Apesar disso, afirmou o petista, todos se comprometeram a participar. Na próxima semana, a comissão ouvirá o ministro da Previdência, Carlos Lupi, em audiência pública. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

CE dá início a ciclo de discussões sobre ataques contra escolas

Poder Legislativo | 19/04/2023 – 11h04min

A busca de soluções contra a violência e os ataques às escolas é tema de audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) na quinta-feira (20), às 14h. A reunião é a primeira do ciclo de debates proposto pela senadora Teresa Leitão (PT-CE) que apontou a necessidade de ouvir pesquisadores, gestores e representantes do governo sobre o problema (REQ 32/2023 - CE). O tema ganhou repercussão nacional após uma série de ataques a escolas no último mês. No início de abril de 2022, um homem invadiu uma creche na cidade de Blumenau (SC), matou quatro crianças e feriu outras quatro. Fonte: Agência Senado

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Orlando Silva começa maratona de reuniões com bancadas para ampliar apoio ao PL das Fake News

Poder Legislativo | 18/04/2023 – 17h53min

Relator do PL das Fake News, o deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) iniciou nessa terça (18) maratona de reuniões com bancadas partidárias para explicar os principais pontos do seu parecer sobre a proposta. Segundo cronograma defendido pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o texto deve ser apreciado na próxima semana pelo Plenário. Durante reunião com líderes da base aliada, parlamentares foram informados de que Silva apresentará um “pré-relatório” às bancadas e escutará sugestões de alterações no parecer. Depois de rodar todas as bancadas, ele deve fazer ajustes e apresentar oficialmente o relatório. A expectativa é que o parecer final seja apresentado na quinta-feira (20). Nos bastidores, lideranças avaliam que há mais clima para aprovação do texto do que no ano passado, quando um requerimento de urgência foi rejeitado pelos parlamentares. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Setor Comercial Norte, Quadra 1, bloco F, Ed. America Office Tower, sala 128, Asa Norte, CEP 70711-905, Brasília-DF
Tel./Fax: +55 (61) 3327 1289 – home-page: <http://www.foco-legislativo.com.br> – e-mail: foco@foco-legislativo.com.br